

# DOCENTES APROVAM PARALISAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E OCUPAÇÃO NA UFRB





# DOCENTES APROVAM PARALISAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E OCUPAÇÃO NA UFRB

Em assembleia na terça-feira (1), os docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) aprovaram paralisação das atividades até dia 11 de novembro, como parte das mobilizações rumo à Greve Geral. Os docentes ainda aprovaram o apoio e integração às atividades de ocupação dos discentes da UFRB, para fortalecer a luta contra todos os desmandos do atual governo, em especial a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16, agora PEC 55.

Logo no início das falas foi ressaltada a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de legitimar o corte de ponto de servidores públicos que resolverem aderir à greve. Contudo, esse ataque ao direito de mobilização não intimida a vontade dos docentes de lutarem. Uma das falas deixou claro que a categoria docente não pode aceitar que a justiça diga que não pode fazer greve. Os docentes terão que aprender a lidar com essa nova realidade, e não deixar de construir a luta em rumo à sociedade que querem.

A maioria das falas na assembleia frisou que, apesar de não ser uma construção fácil, é importante ter em mente que a Greve Geral se apresenta como um elemento necessário a ser construído, pois a difícil conjuntura atual do país (PEC 55, PLC 257, possível reforma na previdência, reforma do ensino médio, escola sem partido, corte no orçamento das universidades públicas) não deixa outra alternativa. Segundo alguns docentes, não há outra forma de mobilização social que conquiste alguma vitória que não seja a greve.

Um ponto frisado por boa parte das falas foi o aprendizado que estão tendo com a atitude dos alunos, que já estão ocupando a UFRB desde o dia 19 de outubro, em manifestação contra a PEC 55/16 e em apoio à Greve Geral. Nessas falas, ficou colocado que o apoio à ocupação estudantil significa, primeiramente, a construção de uma posição autônoma e desvergonhada. Que os docentes também ocupem a universidade, que organizem atividades nos dias em que estarão paralisados, e que se unam aos discentes e aos servidores técnico-administrativos.

O que ficou evidente na assembleia foi a necessidade de reação da categoria docente, que ela não fique presa a discursos pessimistas. É necessário que ela aponte seu descontentamento ao governo golpista, que se mobilize contra a ditadura que querem impor ao país. Os docentes da UFRB precisam mostrar que há sim resistência no Recôncavo da Bahia.

Os docentes da UFRB estarão em paralisação, mobilização e ocupação até o próximo dia 11. Voltarão a se reunir em assembleia dia 16 de novembro, quando voltarão a discutir a Greve Geral com uma possível data de deflagração. A assembleia também aprovou os nomes dos docentes Fátima Aparecida Silva, David Romão Teixeira e Juliano Pereira Campos como delegados do 36º Congresso do ANDES-SN; e uma moção de repúdio contra a demissão de um servidor terceirizado do CFP.















## ESTUDANTES JÁ OCUPAM 60 UNIVERSIDADES EM TODO O BRASIL

Mais de 1100 escolas e institutos federais seguem ocupados. Estado opera com violência e apoio de grupos conservadores para forçar reintegração de posse e desocupação de escolas  
ANDES-SN

Desde o final de setembro, o Brasil tem testemunhado uma crescente nas ocupações de escolas, institutos federais e universidades. Iniciado por estudantes secundaristas no Paraná, em oposição à Medida Provisória 746/2016 – que promove a contrarreforma do ensino médio –, o movimento de resistência incorporou à pauta a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 (atual PEC 55), que congela por 20 anos os gastos da União em áreas sociais, e se espalhou por todo o país, tanto no ensino básico quanto superior.

Atualmente, já são 60 universidades federais e estaduais ocupadas em todas as regiões (veja ao final), além de mais de 1100 escolas e institutos federais. Com a aprovação da PEC 241/16 na Câmara, e seu envio ao Senado, como PEC 55, os estudantes universitários intensificaram as ações. Nessa segunda-feira (31), uma assembleia, com mais de 1 mil presentes, deliberou pela ocupação da Universidade de Brasília (UnB), espaço símbolo da resistência estudantil durante a ditadura empresarial-militar. As ocupações contam com apoio das seções sindicais do ANDES-SN.

Em diversas instituições, o calendário acadêmico já foi suspenso. Além das ocupações estudantis, técnico-administrativos já estão em greve em 39 universidades federais, de acordo com a Fasubra. A paralisação foi deflagrada na segunda (24), contra a PEC 241 (PEC55) e os ataques à educação pública. Docentes de duas universidades, Federal de Uberlândia e de Pelotas, também já deflagraram greve.

Neste final de semana, representantes dos setores das Instituições Federais (Ifes) e das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes) do ANDES-SN irão se reunir em Brasília (DF) para avaliar a conjuntura e definir as ações para as próximas semanas.

### Violência Policial

Para desmobilizar e encerrar as ocupações, os governos têm feito uso da violência policial para intimidar os estudantes. Além disso, representantes de grupos conservadores têm atacado várias escolas com o objetivo de forçar a desocupação, principalmente dos prédios que irão sediar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no próximo final de semana (5 e 6). As ações desses grupos se intensificaram desde essa segunda, quando se encerrou o prazo dado pelo Ministério da Educação para liberação dos prédios escolares.

Em Brasília (DF), por exemplo, após uma noite de terror, em que um grupo tentou invadir o Centro de Ensino Asa Branca de Taguatinga – Cemab, ocupado por estudantes secundaristas, jogando bombas dentro da escola, o Ministério Público do Distrito Federal determinou a desocupação da escola localizada na região administrativa do Distrito Federal, na manhã desta terça-feira (1). A ofensiva foi comandada pela Polícia Militar, que expulsou mais de 60 estudantes que ocupavam as instalações da unidade escolar.

Segundo uma das advogadas que acompanha o caso em defesa dos estudantes, não há nenhuma fundamentação jurídica no pedido do MPDFT, por se tratar de uma ação de abandono material, incabível no caso de desocupação, uma vez que a decisão (de retirar os alunos) não se coaduna como o pedido.

Mais grave ainda foi o posicionamento do juiz Alex Costa de Oliveira, no despacho de reintegração de posse. “Autorizo expressamente que a Polícia Militar utilize meios de restrição à habitabilidade do imóvel, tal como suspenda o corte do fornecimento de água, energia e gás. Da mesma forma, autorizo que restrinja o acesso de terceiros, em especial parentes e conhecidos dos ocupantes, até que a ordem seja cumprida”, ordenou.



Enem parcialmente adiado

Em nota divulgada na noite dessa terça (1), o MEC anunciou o adiamento parcial do Enem para mais de 190 mil estudantes para os dias 3 e 4 de dezembro, devido a ocupação de 304 locais onde seriam realizados os exames. Os estudantes que realizarão a prova em nova data serão avisados pelo ministério da alteração.



Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8455>

Confira a lista de universidades ocupadas:

\*com base em informações levantadas até a tarde de terça (1)

- |            |               |
|------------|---------------|
| 1. FURG    | 31. UFPI      |
| 2. UDESC   | 32. UFPR      |
| 3. UEA     | 33. UFRB      |
| 4. UEFS    | 34. UFRGS     |
| 5. UEL     | 35. UFRN      |
| 6. UEM     | 36. UFRPE     |
| 7. UEMA    | 37. UFRJ      |
| 8. UEMG    | 38. UFRRJ     |
| 9. UEMS    | 39. UFS       |
| 10. UEPA   | 40. UFSB      |
| 11. UEPG   | 41. UFSC      |
| 12. UERN   | 42. UFSJ      |
| 13. UESB   | 43. UFT       |
| 14. UESC   | 44. UFTM      |
| 15. UFAL   | 45. UFU       |
| 16. UFBA   | 46. UFV       |
| 17. UFCSPA | 47. UFVJM     |
| 18. UFES   | 48. UNB       |
| 19. UFF    | 49. UNEAL     |
| 20. UFFS   | 50. UNEB      |
| 21. UFG    | 51. UNESPAR   |
| 22. UFGD   | 52. UNICENTRO |
| 23. UFJF   | 53. UNIFAL    |
| 24. UFMA   | 54. UNIFEI    |
| 25. UFMA   | 55. UNIFESSPA |
| 26. UFMG   | 56. UNIOESTE  |
| 27. UFOB   | 57. UNIVASF   |
| 28. UFOP   | 58. UPE       |
| 29. UFPA   | 59. URCA      |
| 30. UFPE   | 60. UTFPR     |

## PEC 241 REBAIXA GASTOS PÚBLICOS NÃO FINANCEIROS E ALTERA ORIENTAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

Tal como em 1964, os golpistas de 2016 não se satisfizeram com a retirada do presidente eleito democraticamente  
Marcio Pochmann\*

Tal como em 1964, os golpistas de 2016 também não se satisfizeram com a retirada arbitrária do presidente eleito democraticamente. Essa foi apenas a primeira parte, necessária para que a implantação de uma nova política econômica e social se tornasse possível, pois pelo voto isso dificilmente ocorreria.

Logo no início da ditadura civil-militar (1964-1985), alguns democratas descontentes com o governo de João Goulart declararam apoio ao golpe, imaginando tratar-se apenas de pontual e circunstancial limpeza política, capaz de permitir a imediata sequência do regime democrático. Ledo engano: concomitantemente com a imposição do Ato Institucional (AI) número 1, a política econômica e social antidemocrática foi sendo implementada, tendo como objetivo imediato o estabelecimento do teto dos gastos públicos.

Pode parecer coincidência, mas não é. Os golpistas de 2016, tão logo se estabeleceram, buscaram passar da retórica à prática, lançando os primeiros passos da nova política econômica e social antidemocrática.

Este é justamente o caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 que trata do teto para os gastos públicos, mas sem mexer nas enormes despesas financeiras que alicerçam o rentismo no Brasil. Se confirmada, a PEC 241 não apenas colocará o rebaixamento dos gastos públicos não financeiros, como o social, mas alterará profundamente a orientação da política econômica e social, assim com o AI-1 da ditadura realizou há 52 anos, com a limitação dos gastos públicos.

Dessa forma, tende a haver a liquidação da base da economia social assentada nos grandes complexos do Estado de bem-estar social, especialmente no âmbito da seguridade social (saúde, previdência e assistência social) e educação, que se mostram favoráveis ao avanço do gasto social relativo ao PIB. Atualmente, por exemplo, o gasto

social agregado se aproxima ao equivalente a 23% do PIB, quase 10 pontos percentuais a mais do que o verificado em 1985 (13,5%).

Em síntese, constata-se que de cada R\$ 4 gastos no país, um vincula-se diretamente à economia social. Se for contabilizado também o seu efeito multiplicador, pode-se estimar que quase a metade de toda a produção de riqueza nacional se encontra relacionada direta e indiretamente com a dinâmica da economia social.



De maneira geral, registra-se também que o rendimento das famílias depende, em média, de quase 1/5 das transferências monetárias derivadas das políticas previdenciárias e assistenciais da seguridade social brasileira. Antes da Constituição Federal de 1988, as famílias não chegavam a deter, em média, 10% dos seus rendimentos com transferências monetárias. Enquanto na base da pirâmide social, o peso das transferências monetárias no rendimento das famílias cresceu 4,1 vezes em quase três décadas (de 7% para 29%), no cume aumentou 2,4 vezes (de 8% para 19%).

A aprovação da Emenda Constitucional 241 eleva a instabilidade, com a ruptura do acordo político de 1988, e dissolve parcela significativa do dinamismo possível da produção pela economia social. Mas ao contrário dos golpistas de 1964, os atuais não dispõem de soluções possíveis para reativar o conjunto das atividades econômicas e sociais do país.

Ao contrário, tende-se a assistir a prevalência da incapacidade de crescimento econômico, lançando a sociedade à convivência com a trajetória da regressão inimaginável dos indicadores sociais e econômicos.

\* Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/01/pec-241-rebaixa-gastos-publicos-nao-financeiros-e-altera-orientacao-politica-e-social/>

## O BRASIL VAI PARAR DIA 11 DE NOVEMBRO

CUT conclama trabalhadores a paralisarem por nenhum direito a menos  
Escrito por: Luciana Waclawovsky e Paula Brandão

A Direção Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reunida nesta quarta-feira (26) em Brasília, reafirmou o dia 11 de novembro como Dia Nacional de Greve e Paralisações, organizado pela CUT em conjunto com as demais centrais sindicais e diversas entidades dos movimentos sociais que compõem as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

Durante a reunião, dirigentes das entidades CUTistas que representam os mais diversos ramos e categorias profissionais atualizaram o quadro organizativo das ações previstas nos estados, deram informes sobre o andamento das assembleias e plenárias que estão sendo realizadas nas bases e que vários setores já sinalizaram positivamente para paralisação no dia 11.





#### A Executiva também reafirmou os eixos que levarão às ruas de todo o País:

Contra a PEC 241 que congelará por 20 anos os investimentos em serviços públicos essenciais à população, especialmente nas áreas da Saúde (Sistema Único de Saúde) e Educação (pública e gratuita), até o não reajuste do Salário Mínimo, que atinge especialmente os aposentados.

**SAÚDE:** A medida atingirá em cheio o atendimento do SUS. Programas como o Saúde da Família, remédio grátis - especialmente os de alto custo -, o SAMU, medidas de prevenção e combate à dengue, zika e chikungunya, tratamento e prevenção do HIV e DSTs, gripe H1N1, campanhas de vacinação e outros serviços serão gravemente afetados por falta de investimento do atual governo. Isso afeta também os hospitais públicos, além dos convênios com as Santas Casas e hospitais filantrópicos.

**EDUCAÇÃO:** Vai faltar dinheiro para construção, manutenção e reforma de escolas e creches; os salários dos professores ficarão congelados e não haverá novas contratações. Material e uniforme gratuito, merenda, transporte escolar serão cortados ou reduzidos. Programas como Fies e o Pronatec estão suspensos e não terão novos contratos. O governo ilegítimo acabou com o Ciência sem Fronteiras, bolsas para estudantes e pesquisadores, e cortou quase pela metade as verbas para universidades. Além disso, foram cancelados programas de alfabetização de jovens e adultos.

Disponível em: <http://cut.org.br/noticias/o-brasil-vai-parar-dia-11-de-novembro-5c61/>

Contra a Reforma da Previdência, cuja principal promessa do governo sem voto é punir quem mais contribuiu com o benefício, garantindo aposentadoria somente a partir dos 65 anos para trabalhadoras e trabalhadores. É importante destacar que a Constituição prevê que a Previdência é parte de um sistema amplo, a Seguridade Social – que além das aposentadorias inclui outro importante programa que também está ameaçado: o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em defesa do emprego: contra a reforma trabalhista que retira direitos garantidos e conquistados pela classe trabalhadora desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), implementadas há 73 anos. Um dos pontos de maior pressão da atual agenda governamental é a terceirização, que irá beneficiar diretamente os patrões, precarizando as relações de trabalho.

Em defesa do Pré-Sal: patrimônio do povo brasileiro, a maior riqueza natural do País deverá ser entregue a multinacionais estrangeiras que estão de olho nas produções brasileiras recém descobertas. O Brasil hoje é o detentor da terceira maior reserva de óleo leve e gás natural do planeta, o que faz com que o País seja uma potência energética e uma promessa na exportação de petróleo. Durante o governo Lula foi aprovada Lei no Congresso Nacional e sancionada em 2013 no governo Dilma Rousseff, garante a destinação dos recursos do Pré-Sal para a Saúde (25%) e Educação (75%).

# REUNIÃO SINDICAL, ESTUDANTIL E POPULAR

# 08/11

às 14h

**LOCAL:**

Reitoria ocupada  
da **UFRB**

Pauta:  
Construção da greve geral



E ENTIDADES ESTUDANTIS

# Período de Autoavaliação Institucional da UFRB

**De 31/10 a 13/11 de 2016**

Formulários disponíveis *online*  
[www.ufrb.edu.br/cpa](http://www.ufrb.edu.br/cpa)

**Responder o questionário da CPA é também um  
instrumento de luta por melhorias!**



Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia

